

# DÍVIDA

## Delfim viaja. E o FMI quer definir as novas metas.

A ida amanhã do ministro do Planejamento, Delfim Neto, aos Estados Unidos e a chegada dos auditores do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos bancos credores marcam, esta semana, o início das discussões técnicas e políticas da fase 3 da renegociação da dívida externa do



País, após o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, apresentar os planos brasileiros de rolagem dos compromissos a vencer até 1989 ao comitê renegociador dos bancos, na última quarta-feira, em Nova York.

A agenda de Delfim nos Estados Unidos prevê conversações com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosiére; com o presidente do Banco Mundial, Alden Clausen, e representantes do Departamento do Tesouro norte-americano, em Washington. Depois, o ministro do Planejamento deverá manter contatos com

banqueiros, em Nova York e Londres.

Enquanto Delfim cuida da política global de renegociação, os economistas do FMI e dos bancos internacionais discutem números com os técnicos da área econômica. A missão do FMI já está completa com a chegada do chefe da Divisão do Atlântico,

Thomas Reichmann. Hoje, os técnicos do FMI (Reichmann, Ana Maria Jul, Henri Ghesquière, Robert Sheehy e Joris Buyse) devem permanecer no Rio, até o início da noite.

Segundo o Banco Central, os membros do subcomitê de economia do comitê dos bancos ainda não comunicaram o dia de chegada a Brasília, mas a equipe chefiada por Douglas Smee, do Banco de Montreal, chegará a qualquer momento para rever as projeções de fechamento das contas externas deste ano e estabelecer as metas para 1985.

## OEA pede mais liberdade econômica

Os países latino-americanos nunca estiveram com tão pouca liberdade econômica como neste ano de 1984, e é fácil concluir que, se esta situação persistir, também chegarão a perder a liberdade política.

É o que adverte o informe da comissão especial sobre financiamento e comércio (Cefyc), examinado durante a XIV assembleia geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada semana passada em Brasília.

O informe, embora conhecido de todas as delegações, nem por isso deixou de causar forte impacto, sobretudo quando adverte sobre a revolução científica e tecnológica que se vive no mundo desenvolvido, e os países da América Latina dificilmente poderão assimilar e aproveitar nas condições atuais.

Segundo o informe, se não houver mudanças substanciais na próxima década no relacionamento Norte-Sul, e se a crise financeira não for resolvida politicamente "muitos países voltarão a uma situação de colonialismo que devemos evitar a todo custo, por interesse da região, dos Estados Unidos e do resto do mundo desenvolvido".

Constata o informe do Cefyc que — com introdução do peruano Manuel Ulloa — como consequência da crise ainda se vive momentos de tensão e angústia que poderão desembocar, em alguns casos, em situações pré-revolucionárias e, com isso, maior miséria, desordem e violência nesses países. "Essa situação inevitavelmente afetaria as delicadas e tensas relações políticas e econômicas internacionais."

Em torno da crise, alguns critérios e tendências têm sido constatados. De um lado, os EUA reagem a aceitar a tese de um grande esquema para resolver os problemas mais áspers e perigosos da crise, principalmente os que se derivam da dívida externa e de seu custo. Outra tendência sugere um consenso dos países da região para adotar medidas mais ou menos imediatas, que permitam forçar a baixa das taxas de juros e os custos adicionais da dívida, aumentando os prazos de carência e amortização, o que já vem sendo obtido parcialmente por México, Venezuela e Brasil. A solução da crise passa pelo comércio e sua expansão, que requerem urgente atenção, especialmente entre a região e os EUA, reitera o informe do Cefyc. O fortalecimento do dólar em todos os mercados e os mecanismos protencionistas que engendram para proteger seu comércio interno da competição estrangeira sugerem, porém, que os EUA continuarão prejudicando o comércio regional.

### Solução bilateral

O presidente da Cefyc, Manuel Ulloa, enfatizou que o diálogo com os Estados Unidos, dentro da comissão, tem sido estéril em torno dos aspectos fundamentais da crise e possíveis soluções. "Isso é reflexo da idéia ou política norte-americana, que prefere a bilateralidade para problemas específicos, e evita que a unidade dos países da América possa resultar em capacidade de decisão fora de sua órbita de poder."

Para os países da América Latina, a crise não é conjuntural, e sim estrutural, em função de suas próprias dificuldades e relações com os países desenvolvidos. A magnitude da dívida externa, a ausência de recursos reais necessários para o desenvolvimento sustentado, a assimetria

tria e a injustiça do comércio internacional, o crescimento populacional e a perspectiva de um continuado empobrecimento obrigam a sugerir no Campo interno novas políticas e ações que permitam "iluminar com mais otimismo o panorama sombrio que hoje enfrentamos".

Outro sério problema nesse sentido é o financiamento para o desenvolvimento da região. As instituições multilaterais (FMI, BIRD, BID) não poderão canalizar recursos adicionais ainda que sejam cumpridos os programas de ajuste. O capital estrangeiro é um elemento dinâmico no processo de recuperação econômica, mas parece difícil imaginar um fluxo suficiente para a América Latina e Caribe que possa resolver os problemas atuais da região.

Assim, particularmente os 11 países signatários do Consenso de Cartagena — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela — começam a colocar em prática uma estratégia concreta. Enviarão convites aos principais países industrializados e credores para uma reunião conjunta na República Dominicana, na primeira quinzena de fevereiro.

Os países da América Latina e Caribe entendem que a ação política em torno do problema do endividamento externo da região tem que ser coletiva, ainda que a solução possa não ser, na medida em que descartam a formalização de um clube ou cartel de devedores.